INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Tabela 1. Relação de instrumentos de execução utilizando com o fito de atingir o objetivo da política de proteção territorial de terras indígenas. Atualizado em janeiro de 2021.

Instrumento[1]	Total de Instrumentos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total)	Valor Total
ACT	3	Em execução; Em planejamento; Análise de propostas	Não se aplica	Não disponível
Termo de Cooperação	1	Em execução	Não se aplica	Montante não disponível, por se tratar de negociação entre a Norte Energia e a empresa executora do CMR
Acordo de Cooperação Financeira	1	Análise de propostas	Não se aplica	O montante é distribuído por CG, na atual fase ainda não foi definido

[1]Os contratos (processos licitatórios) para efetivação das ações de proteção territorial são executados e centralizados pelas Coordenações Regionais. Portanto, recomendo consulta à CGRL quanto ao levantamento desses instrumentos.

INDICADORES

Sistema de monitoramento interno da Política

Nome do Indicador: Percentual de terras e reservas indígenas atendidas				Meta				Resultado						
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2020	2021	2022	2023	2020				2021	2022	2023
								1°	2°	3°	4°			
(TIs Atendidas / Total de TIs) * 100	Positiva	Relatório de Atividade Executada -	Trimestral	40%				11,78% (88 TIs)			2,41% (18 TIs)	--	--	--

		RAE							
Total de TIs	747 (SEI 2494073)								
Meta	Atender 40% das TIs								
Data da Última Coleta	08/12/2020								

PROJETO ESTRATÉGICO – "Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com Utilização do Centro de Monitoramento Remoto-CMR/Funai"

No Planejamento Estratégico da Funai para o ciclo 2020-2023 o CMR foi inserido como um Projeto Estratégico da Funai e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, intitulado "Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com Utilização do Centro de Monitoramento Remoto-CMR/Funai". O objetivo desse projeto estratégico é estabelecer uma rede de órgãos e instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema.

Execução do cronograma do projeto

Em reunião no Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima/Ibama), foi apresentado a equipe de servidores desta Fundação um modelo que visa elencar os polígonos de desmatamento mais críticos, essa reunião faz parte da Etapa 1: Estabelecimento de proposta dos níveis de alertas de danos.

A definição dos polígonos mais críticos se dá por meio de índice de prioridade e análise multicritério, em que pesos são indexados às variáveis. Um exemplo de variáveis do modelo são acessibilidade, velocidade de desmatamento, desmatamento em áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação...).

Nesta reunião, foi discutido a construção de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) de modo que o referido modelo fosse usado para a definição dos alertas do CMR.

Após essas tratativas, os dados de desmatamento (corte raso, degradação e desmatamento em regeneração) apurados pelo CMR entre 2019 e 2020 foram processados através de uma técnica de Análise Multicritério para priorizar os polígonos de desmatamento para atuação da Funai e órgãos parceiros ligados a temática proteção ambiental e territorial e forças de segurança.

Em 06.10.2020 um seminário foi realizado para discutir com as áreas técnicas responsáveis pela proteção territorial das TIs brasileiras ajustes e melhorias do modelo. Os participantes foram: Alcir Amaral Teixeira (Coordenador-Geral de Monitoramento Territorial; CGMT-Funai); Greison Moreira de Souza (Coordenador de Informação Territorial/CGMT-Funai); Juliana de Almeida (Coordenadora de Fiscalização/CGMT-Funai); Isolde Lando (Indigenista

Especializada/CGMT-Funai); Camila Bonassio (Indigenista Especializado/CR-CLPA-Funai); Cristina Beneditti (Coordenação de Monitoramento Territorial/Censipam); Major Otemar Maia Bianchini (Coordenação de Planejamento e Operações/Força Nacional); Daniel Moraes de Freitas (Analista Ambiental/Cenima-Ibama); Rodrigo Antônio de Souza (Analista Ambiental/Cenima-Ibama); Rodrigo Lery (Coordenação de Análise de Inteligência/ABIN); Raoni da Rosa (Indigenista Especializada/CR-CLPA-Funai); Felipe Carmona (Abin); Kelly Borges (Analista Ambiental/Divisão de Monitoramento e Informação Ambiental-ICMBio); Fernanda Nunes (Indigenista Especializada/CGGAM-Funai); Brenno Alves (Oficial de Inteligência/Abin); Guilherme Martins (Indigenista Especializada/CGIIRC-Funai); Carlos Martins (Coordenação de Coleta Estruturada e Inovação/Abin); Cecília Pires Woortmann (CGGAM-Funai); José Augusto (CGETNO-Funai); Marcelo Torres (CGIIRC-Funai); Kenedy Silva (CGPDS-Funai); Paulo Teixeira de Souza Oliveira (Delegado/PF); Rafael Marques (Chefe do Serviço de Análise/CGMT-Funai); Harlane Magalhães (CGGE-Funai); João Francisco Goulart dos Santos (CGGE-Funai); Juan Orozco Filho (ICMBio); Bernardo Alves (Abin); Nathali Germano dos Santos (CGGAM-Funai); Hermes Oliveira (CGGAM-Funai); Miguel Archanjo Bacellar Goes Telles Jr (Censipam); Janilze Chaves Oliveira (CGGE-Funai); Thiago Bortoleto Rodrigues (Censipam); Bernardo de Araújo Moraes Trovão (SFB).

Já em 27.11.2020 outro seminário foi realizado com os servidores das unidades descentralizadas da Funai que executam as ações de proteção territorial diretamente em campo. Os participantes foram: André Alves (CTL Belém/CR-BT), André Luiz Schilling (Segat/CR-XIN), Andrei Camargo Duarte (CGGam/DPDS), Antonio Izomar Marini (Segat/CR-INTS), Antônio Roberto (CTL Porto Seguro/CR-SB), Brenda Capelari (Segat/CR-MPur), Camila Bonassio (Censipam), Cecília Pires Isaac Borges Woortmann, Daniel Moraes de Freitas (Ibama), Dayane Nascimento Marques (CTL Altamira VII (PPTMX) / CR-CLPA), Dilthey Sales, Fernanda Cerqueira (CTL Palhoça/CR-LIS), Fernanda Nunes de Araujo Fonseca (CGGam/DPDS), Fernando Macena de Lima (Segat/CR-LISE), Francisco Paes (Segat/CR-SB), Gilberto Bueno (Segat/CR-LISE), Greison Moreira de Souza (Coit/CGMT/DPT), Guerino Siviero (CR-LISE), Hercules Silva Schiave (Segat/CR-JPR), Hermes Brito de Oliveira (Coplam/CGGam/DPDS), José Ribamar (Segat/CR-MAD), José Torres (Segat/CR-CGB), Juliana de Almeida (Cofis/CGMT/DPT), Juliana Fortes (Segat/CR-APur), Julianna de Lourdes Santos da Trindade (Segat/CR-JPA), Julie Silva (CR-APur), Lígia Rodrigues de Almeida (Segat/CR-ATO), Luiz Carlos da Silva Junior (Segat/CR-PFD), Luiz Flavio Nunes Couto (CR-SB), Lumara Cristina Martins Santos (CTL Altamira VII/CR-CLPA), Marcelino Soyinka Santos Dantas (Segat/CR-NE-I), Maria Janete Albuquerque de Carvalho (CGLic/DPDS), Mauro Cecchin Meirelles (Copi/CGMT/DPT), Priscila Ayres Feller (Copi/DPT/CGMT), Rafael Campos Martins Marques (Coit/CGMT/DPT), Raoni da Rosa (CTL Altamira VII (PPTMX) / CR-CLPA), Ricardo de Campos Leinig (Segat/CR-LIS), Rodrigo Antônio de Souza (Ibama), Rodrigo Thurler Nacif (CR-LISE), Shirleno Rodrigues Paes (CTL Belém/CR-BT), Waldir Da Silva Cruz Junior (CR-SB), e Zelito Tenharim (CTL Humaitá II/CR-MAD).

Paralelamente, conduziu-se, em conjunto com a CGGE, o Mapeamento de Processo. As tratativas encontram-se no processo 08620.004110/2020-15.

Pontos positivos e negativos durante a execução do cronograma e as soluções propostas para enfrentamento dos pontos negativos.

Negativos: (i) Carência de servidores; (ii) Dependência de órgãos externos para dar prosseguimento as etapas do projeto; (iii) Emergência em saúde pública causada pelo novo coronavírus (covid-19); (iv) Interrupção temporária do CMR.

Positivos: (i) Seminário para analisar os resultados do modelo de priorização dos polígonos de desmatamento; (ii) Grande adesão pelos órgãos federais ao projeto; (iii) Reativação da operação do CMR.

Os principais desafios são: manter a operação do CMR e cumprir o cronograma do projeto em face da carência de servidores. Como oportunidade, é estreitar a relação com os órgãos da esfera federal que atuam na proteção territorial e ambiental e forças de segurança.

ANÁLISE DO RESULTADO

A aferição da meta foi realizada por meio dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais da Funai, as unidades que executam diretamente a política *in loco*.

Acredita-se que o resultado da meta está abaixo com o que de fato foi executado no âmbito da política da CGMT. Posto que não foram remetidos a esta CGMT todos os RAEs das ações/projetos executadas em 2020. O envio dos RAEs está atrasado, uma vez que as unidades descentralizadas apresentam carência de servidores e, em agravo, a pandemia da covid-19 demandou grande tempo de dedicação desses servidores.

Até o momento deste relatório, são os seguintes pontos positivos:

Implementação e suporte a aproximadamente 300 barreiras sanitárias e postos de controle de acesso em todo o território nacional, que visam evitar a proliferação e contágio da covid-19 nas comunidades indígenas.

Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 que autorizou, de forma excepcional e temporária a efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.

Como pontos negativos, salienta-se:

Pandemia da covid-19 que alterou o planejamento inicial desta CGMT. Restrição de instalação de antenas GESACs em aldeias indígenas. Interrupção do CMR no período de março a setembro de 2020. Restrição de pagamento de diárias a colaboradores eventuais (Policial Militar), que fragiliza a efetividade das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso.

Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos

Implementação de barreiras sanitárias e postos de controle de acesso. Judicialização do processo do CMR, devido a sua interrupção pela Norte Energia, que a forçou, liminarmente, a retomar a operação do CMR. Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 que autorizou, de forma excepcional e temporária a efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.

RISCOS

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem/reputação do órgão (3) Legais (4)Financeiros/orçamentários (5) Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	Insuficiência de recursos financeiros	Extremo	Alta	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.	2
1	Insuficiência recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Extremo	Alta	Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas	2
1	Interrupção do CMR	Extremo	Alta	Manter a operação contínua do CMR	4
1	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das CRs e CTLs.	Alto	Média	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços	2
3	Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	Alto	Alta	Promover espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas	2
1,5	Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)	Alto	Alta	Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs	3

Artefato de controles implementados:

Evento de Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle Proposto/Plano de Contingência	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Início	Fim
Insuficiência de recursos financeiros	Extremo	**(2) Reduzir o risco**	**Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.**	**Preventivo**	**Não representou um entrave para a implementação da política**	**CGMT**		
Insuficiência recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Extremo	**(2) Reduzir o risco**	**Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas**	**Preventivo**	**Constituição de força tarefa nesta CGMT.** **Uso de força policial para reforçar e aumentar a efetividade das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso, a Medida Provisória nº 1005 de 30 setembro de 2020 autorizou, de forma excepcional e temporária a Funai efetuar diretamente o pagamento de diárias a servidores públicos e militares integrantes dos órgãos de segurança pública estaduais e distritais que atuarão na proteção de as barreiras sanitárias.**	**CGMT**		
Interrupção do CMR	Extremo	**(4) Evitar o risco**	**Manter a operação contínua do CMR**	**Preventivo**	**O CMR foi interrompido entre março a setembro de 2020, com isso a justiça foi acionada para que a Norte Energia fosse obrigada a retomar a operação do CMR. Com isso, a Funai teve decisão favorável para a retomara do CMR, que se encontra em operação atualmente.** **Está em elaboração o Termo de referência para contratação de serviços para operação do CMR por meio dos recursos do kfw.**	**Coit**		
Problemas (logísticos/operacionais/administrativos)	**Alto**	**(2) Reduzir o risco**	**Aprimorar mecanismos de gestão.**	**Preventivo**	**CRs que apresentam melhor estrutura logística, operacional e administrativa apoiar as CRs em situação pior.**	**CGMT**		

relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das CRs e CTLs.			**Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais.** **Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços**					
Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	**Alto**	**(2) Reduzir o risco**	**Promover espaços interinstitucionais de concertação.** **Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas**	**Corretivo**	**Não representou um entrave para a implementação da política**	**CGMT**		
Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)		**(3) Transferir o risco**	**Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs**	**Preventivo**	**Apoio de outros órgãos para apoiar na execução da ação**	**Cofis**		

CONCLUSÃO

O maior desafio para o próximo trimestre é a implementação de um sistema que permita acompanhar a execução das atividades de proteção territorial. O instrumento utilizado, Relatório de Atividade Executada (RAE), demanda tempo para a sua elaboração e diante da escassez de recursos humanos na Funai sede e nas unidades descentralizadas, além da pandemia da covid-19 que requereu grande tempo de dedicação dos servidores em campo para a execução das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso, todos esses fatores conduziram para que esse documento seja disponibilizado com um grande atraso. Assim, esse cenário impede mensurar corretamente a quantidade de TIs atendidas com ações de proteção territorial, consequentemente, inviabiliza o monitoramento adequado da política da CGMT.